



A Crise na Venezuela: uma discussão acerca das condicionantes político-econômicas de desestabilização no governo Maduro

The Venezuela Crisis: a discussion on the political-economical determinant of Maduro's government destabilization

Camila Leotti
Giuliana Faccioli
Tatiana Frossard
Thales Godoy

Resumo

Esse artigo tem como objetivo discutir os motivos que levaram à intensa desestabilização política e econômica que atualmente se verifica no governo venezuelano de Nicolás Maduro. Procuramos expor, primeiramente, as causas econômicas para a crise, buscando demonstrar como a dependência da renda do petróleo fragilizou a economia venezuelana frente aos embargos econômicos sofridos pelos Estados Unidos. Posteriormente, analisamos a estrutura da política externa bolivariana e suas bases de pensamento, concluindo que o projeto de descentralização global de poder acabou por ser interrompido pela reconfiguração da geopolítica mundial e por conflitos internos. Ainda, expomos os condicionantes políticos que levaram à crise política por que passa o país desde a morte de Hugo Chávez, alimentada pela crescente divergência externa e interna com o governo de Nicolás Maduro, que tem aprofundado as tensões com medidas de cunho arbitrário e impositivo. Por último, analisamos a guerra informacional que tem se criado em torno do conflito venezuelano, perpetrada por discursos internos e externos que se apropriam da narrativa da situação para benefício político e econômico. Concluímos que os fatores econômicos, como a inflação, o crescente déficit fiscal e os embargos norte-americanos, e os fatores políticos, como o rompimento diplomático com os EUA e seus antigos aliados latino-americanos e a polarização interna, se retroalimentam e tornam o horizonte de solução de impasses cada vez mais turbido.

Palavras-chaves: Venezuela; Crise; Política Externa; Embargos Econômicos; Chavismo.

Abstract: *The present article aspires to discuss the factors that lead to the present political and economic destabilization in Venezuela. We expose, firstly, the causes for the economic crisis, demonstrating how the national dependency on oil income fragilized the Venezuelan economy when the economic sanctions were inflicted by the US upon Venezuela. Afterwards, we analyze the structure and foundations of the Bolivarian foreign policy, concluding that the project aimed at decentralizing the world power distribution was interrupted by the changes occurred in the global political scenario and by internal conflicts. Moreover, we expose the political conditions that lead to the current political crisis after the death of Hugo Chávez, fed by the ascending external and internal divergence with the Maduro government, who has escalated the tensions with arbitrary and imposing measures. At last, we investigate the informational war that has been created around the conflict, perpetrated by internal and external discourses that appropriate the narrative to political and economic profit. We conclude that economic factors, such as the inflation, growing fiscal debt and the US sanctions, and political factors, such as the diplomatic rupture with the US and Chávez's former allies in Latin America and the internal polarization, have been feedbacking each other and making a solution to the conflict evermore difficult to achieve.*

Keywords: Venezuela; Crisis; Foreign Policy; Economic Sanctions; Chavism; Informational War.

1. Introdução

Neste artigo, busca-se analisar a realidade venezuelana sob o governo de Nicolás Maduro e as razões que levaram o país a este cenário de desestabilização política e econômica.

Para tanto, o artigo divide-se em mais quatro seções, além da conclusão. Na segunda seção deste trabalho, são analisados os fatores econômicos precursores da atual crise venezuelana. Discute-se como a crise produtiva, a crise fiscal e o isolamento financeiro, principalmente frente aos embargos sofridos pelos Estados Unidos, fragilizaram a economia venezuelana.

Na terceira seção, tece-se um panorama da política externa bolivariana e investiga-se sua influência na crise venezuelana, analisando mais profundamente as relações da Venezuela com os países da América Latina e com os EUA. Na seguinte, abordam-se as questões da política interna que contribuíram para o caos socioeconômico do país desde a morte de Hugo Chávez e o florescimento de uma oposição cada vez mais forte e de medidas mais arbitrárias por parte do governo.

Por fim, na quinta seção, expõe-se a problemática da polarização de narrativas que se constroem no que tange a crise política venezuelana, busca-se compreender como a mídia é utilizada em prol das formulações ideológicas em disputa tanto internamente, como também internacionalmente.

2. A política externa do governo bolivariano

As relações exteriores venezuelanas compõem uma boa parte do que hoje se entende pela crise venezuelana. O relacionamento com os Estados Unidos, que historicamente foi fortalecido pelas duas partes em uma relação de dependência venezuelana, se viu abalado após a ascensão de Hugo Chávez à presidência do país em 1999 (ROMERO, 2006, p. 80).

Após a posse de Chávez e a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, promulgada pela Assembleia Constituinte em dezembro de 1999 em substituição à Constituição de 1961, a política externa venezuelana passou a ser lida pelo governo não

como uma política externa neoliberal, visando os interesses comerciais, mas como uma política externa revolucionária, que promove os interesses da causa revolucionária bolivariana (DE MORAES CICERO, 2017).

Por isso, a política externa se baseou fortemente na oposição aos Estados Unidos e no encerramento da histórica relação de dependência econômica e política do país, baseada no petróleo e manejada pela elite venezuelana; assim como na relação de proximidade com Cuba e outros países latino-americanos cujos governos pertenciam à Onda Vermelha Latino-americana, também relacionado com as relações bilaterais não-comerciais, terceiro pilar da política externa revolucionária (DE MORAES CICERO, 2017).

Após a morte de Chávez e o retorno dos Republicanos a Washington, os Estados Unidos adotaram um tom de discurso mais intransigente, aplicando sanções e ponderando publicamente uma intervenção militar. Nesse mesmo sentido, as relações entre a América Latina e a Venezuela mudaram radicalmente com a troca dos governos de esquerda por governos de direita e extrema direita pelo continente. O principal expoente dessa mudança de cenário é o Brasil, que sob o governo de Jair Bolsonaro mencionou a invasão militar como uma solução para a crise interna do país fronteiriço.

O objetivo dessa seção é investigar como se estabeleceu a política externa revolucionária e como ela influenciou na relação da Venezuela com os países da América Latina e os Estados Unidos ao longo dessas duas décadas, bem como qual é o seu papel na crise que assola o país atualmente. A primeira parte, explicitada na subseção 2.1, expõe os principais componentes da política externa revolucionária e explora a relação da Venezuela com os países da América Latina, dos contextos históricos até o presente. A segunda parte, na subseção 2.2, discute a história da relação venezuelana com os EUA e suas mudanças a partir da Revolução Bolivariana até os dias atuais.

2.1. A política externa revolucionária chavista

A contar do período eleitoral que colocou Hugo Chávez no poder em 1999, o líder e seus aliados já apontavam em seu discurso o forte olhar crítico sobre a distribuição mundial de poder centralizada, caracterizando a atuação das “nações

poderosas” como um dos motivos do subdesenvolvimento venezuelano (CÍCERO, 2017, p. 264).

Guiado pela crítica da concentração unifocal do poder mundial sobre os Estados Unidos, ao assumir a presidência e durante seu mandato, Chávez adotou uma política externa de incentivo à construção de uma “política internacional justa, democrática e equilibrada” (CÍCERO, 2017, p. 265). Para o líder bolivariano, a integração entre os países latino-americanos seria a única força capaz de quebrar o ciclo de subdesenvolvimento e dependência dos países da região frente aos EUA, abrindo caminho para um cenário internacional multifocal de poder.

Segundo o primeiro chanceler bolivariano, José Vicente Rangel, a eleição de Chávez também indicava que a população pedia mudanças radicais na política nacional, estendendo-se à política internacional uma vez que, aos olhos da população, a política externa do passado era elitista. A política externa bolivariana almejava ser, assim, uma diplomacia inovadora, solidária e soberana que atuasse para defender os interesses populares, abandonando o foco nas relações comerciais, a que viam como uma política externa neoliberal (CÍCERO, 2017, p. 267).

Com a promulgação da nova Constituição, a diplomacia se tornou mais ativa, com maior ênfase em temas e parceiros da periferia mundial, e mudou a posição da Venezuela sobre Cuba: a ilha caribenha deixou de ser o inimigo dos anos 60 e o sócio dos anos 70 e 80, para converter-se em um país amigo e aliado. A partir desse momento, o governo bolivariano se tornou um problema para Washington, por seu ativismo internacional, suas novas alianças, e pela promoção de seu modelo e algumas de suas políticas sociais, entre outros fatores (ROMERO, 2006, p. 92).

A diplomacia que Chávez adotou para com Cuba foi o maior expoente de sua ideia para a política latino-americana. Os dois países adotaram uma conduta de complementaridade econômica, com diversos projetos em conjunto em áreas de infraestrutura, industrial, agricultura e áreas sociais, além da venda - a preço de custo - do petróleo para a ilha, que chegou a suprir 80% da demanda do país e o envio de médicos cubanos para o continente (SCHARFENBERG; LAFUENTE, 2016).

A política externa da “situação revolucionária” foi baseada na atuação crescente do presidente, na criação de uma rede de cooperação, principalmente com os países governados por grupos políticos de esquerda, e pela politização da ação externa. A

política revolucionária visava à construção de um novo paradigma nas relações internacionais de integração não-capitalista, diversificação comercial para quebrar a dependência da relação centro-periferia, convênios e investimentos estatais coordenados que impulsionassem a estrutura socioeconômica dos países parceiros, e a construção de propriedades alternativas às privadas (ROMERO, 2010, p. 2).

O apoio aos países da rede de cooperação através de investimentos, venda subsidiada de petróleo e perdões financeiros marcaram a relação bolivariana com seus parceiros. Como o foco da construção da relação não era a geração de dinheiro ou comércio, e sim desenvolvimento, muitos dos projetos que a Venezuela executou e financiou em países amigos sequer possuíam a previsão de retorno financeiro, o que marcou uma política externa deficitária financeiramente para o país, juntamente com o perdão de dívidas de países, como a Nicarágua (ROMERO, 2010).

Após a morte de Hugo Chávez e a queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 2013, a situação política que se instalou ergueu uma oposição crítica às políticas bolivarianas, inclusive à política externa, que Henrique Capriles, o candidato da oposição, considerava ineficiente para os interesses venezuelanos e demasiado intervencionista em outros países. O enfraquecimento do projeto bolivariano produziu uma escassa margem de vitória eleitoral que conduziu Maduro ao Palácio de Miraflores como presidente, abrindo espaço para que a oposição ocupasse, em 2015, a maioria da Assembleia Nacional e as principais ruas das cidades (PENNAFORTE; OLIVEIRA, 2019, p. 63).

Quanto à sua posição internacional, o projeto bolivariano se encontrou isolado de seus parceiros políticos no continente após a formação da nova correlação de forças no América do Sul, bem como “o esgotamento de sua capacidade de influenciar nos novos arranjos políticos e econômicos da região” (PENNAFORTE; OLIVEIRA, 2019, p. 63).

A Onda Vermelha se esgota na América Latina com o fim dos mandatos da esquerda e a substituição via eleições por candidatos de viés centro-direita e direita. Dois exemplos representativos da perda de aliados para a Venezuela foram a eleição de Mauricio Macri na Argentina em 2015, e a destituição de Dilma Rousseff por meio do golpe político-institucional perpetrado pelo Congresso Nacional em 2016. Argentina e Brasil passaram a se somar às forças políticas estadunidenses e europeias

no enfraquecimento do governo de Maduro pela atuação diplomática, culminando na suspensão do país do MERCOSUL em 2017 através da ativação do Protocolo de Ushuaia por “ruptura da ordem democrática” (PENNAFORTE; OLIVEIRA, 2019, p. 47).

Tendo em vista as características discutidas nessa seção sobre a política externa bolivariana, percebe-se que a conclusão do projeto político de integração latino-americana que visasse o crescimento endógeno, a integração não-capitalista e a ruptura com a dependência estadunidense e o subdesenvolvimento, foi interrompida por fatores internos e externos antes que pudessem se concretizar suas visões de longo prazo. Seja por fatores externos, como a saída de seus aliados e a queda no preço do petróleo, ou internos, como a crise política e econômica, avalia-se que a visão de política externa da situação revolucionária pode não ter apresentado os resultados esperados devido aos fatores que interromperam prematuramente seu desenvolvimento.

2.2. Venezuela e Estados Unidos: da dependência à tensão militar

A consolidação do Estado Nação na Venezuela e a prospecção petrolífera em escala econômica ocorrem concomitantemente durante a ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935), criando um ciclo exportador de petróleo que formou as bases das vinculações venezuelanas com os Estados Unidos e da própria economia nacional. Após o fim da ditadura, a Venezuela experimentou um curto triênio de democracia, em seguida substituída pela ditadura do General Marcos Pérez Giménez (1952-1958), apoiada pelos Estados Unidos (VIZENTINI, 2001, p. 57). Assim foi construída historicamente a relação bilateral entre a Venezuela e os EUA, com base no petróleo e nas intervenções políticas.

Após décadas de relações privilegiadas baseadas no interesse econômico, a relação entre os dois países mudou politicamente com o novo cenário que se despontava no mundo e na América Latina. A prioridade dada aos conflitos no Oriente Médio por Washington e a falência das políticas do neoliberalismo nas décadas anteriores levaram a América Latina à eleição de diversos líderes de esquerda e centro-esquerda nas primeiras décadas do século, aproveitando ainda de crescimento

econômico fruto do *boom* do petróleo (2004-2008) e da alta demanda chinesa pelas commodities (2005-2011) (PENNAFORTE; OLIVEIRA, 2019, p.50).

A ascensão da esquerda no continente diminuiu consideravelmente a influência dos EUA sobre a região, com a priorização de políticas de cooperação Sul-Sul e o entendimento de que o mundo estava dividido entre periferia e centro guiando a geopolítica internacional de muitos líderes latino-americanos, sendo Chávez o maior expoente dessa visão. Desde sua eleição, Chávez denunciava os EUA como um poder hegemônico responsável pela criação de ciclos de dependência e subdesenvolvimento nos países da região, e tomou medidas para fortalecer a independência desses países, através da integração regional, e de sua própria economia, com o fortalecimento da OPEP para reduzir a dependência de exportação de hidrocarbonetos aos EUA (CÍCERO, 2017, p. 267).

A rejeição do líder bolivariano pelos Estados Unidos logo tomou um tom de desafio público, com Chávez chegando a falar "O diabo veio aqui ontem. Ainda cheira a enxofre hoje" na Assembleia Geral da ONU em 2006 referindo-se ao fato de Bush ter discursado no mesmo local e, após a chegada de Obama ao poder, Chávez entregando ao presidente norte-americano uma cópia de "As Veias Abertas da América Latina", do escritor uruguaio Eduardo Galeano (BBC, 2006).

Ainda que, ao longo do século XX, os dois países tenham divergido politicamente, e que a relação entre Washington e Caracas tenha mudado profundamente com a chegada de Chávez, a parceria econômica sempre se manteve estável. Além da Venezuela ter a maior reserva de petróleo do mundo, os EUA não conseguem importar petróleo de nenhum lugar mais próximo, pois todas as outras opções, exceto o Canadá, possuem altos custos de logística e transporte. Assim, mesmo com os confrontos políticos, os EUA se mantiveram como um dos principais agentes na balança comercial venezuelana, como demonstra o gráfico 1 (ROMERO, 2006).

Entretanto, após as sanções aplicadas pelos Estados Unidos e os bloqueios dos ativos econômicos em 2019, o dinheiro do petróleo vindo dos EUA, que sustentava em parte a economia venezuelana, deixou de estar sob controle de Maduro e passou para o controle de Guaidó, quem Washington reconheceu como presidente legítimo. Entretanto, a ausência do dinheiro norte-americano pode não ser tão fatal para a Venezuela como Trump poderia esperar, visto que o país tem sido fortemente

endossado por Rússia e China, ambos países impulsionados por interesses econômicos e geopolíticos de oposição aos EUA e sustentação do regime venezuelano.

O conflito com a Venezuela parece demonstrar para o mundo a perda de poder dos EUA sobre a América Latina ante a descentralização da hegemonia mundial. Mesmo as ameaças de intervenção militar já não produzem o mesmo efeito de medo que produziam no século passado, uma vez que, para isso, os EUA precisam de aprovação do Conselho de Segurança da ONU, onde China e Rússia possuem poder de veto (PENNAFORT; LUIGI, 2005). Com um poder cada vez mais esvaziado, é possível que as tensões e sugestões de violência cresçam em proporção no discurso estadunidense não só para com a Venezuela, mas para qualquer país do mundo que se esqueça dos grandes dias ianques.

A morte de Hugo Chávez, seguida pela queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 2013, e a escassa margem da vitória eleitoral que conduziu Nicolás Maduro à Presidência do país causaram um profundo abalo no processo político liderado pelos chavistas, abrindo espaço para que a oposição ocupasse, em 2015, a maioria na Assembleia Nacional e, ao mesmo tempo, as ruas das principais cidades do país. Do ponto de vista internacional, a Venezuela começava a sofrer com o isolamento que a nova correlação de forças na América Latina produzira e com o esgotamento de sua capacidade de influenciar nos novos arranjos políticos e econômicos da região (PENNAFORTE; OLIVEIRA, 2019, p. 63).

2.3. Conclusão

A partir do que foi exposto nessa seção, nota-se que a política externa bolivariana não partia do princípio de ser uma política de incentivo ao comércio e à abertura ao capital externo, o que Chávez e seus aliados consideravam uma política externa neoliberal e elitista. Baseada em uma construção de um cenário internacional com outros focos de poder que não os EUA, a política externa revolucionária foi baseada na formação de redes de cooperação regional e nos investimentos não-capitalistas. Fundamentadas no subsídio ao petróleo e, muitas vezes, com investimentos com retornos financeiros zero ou negativos em prol do crescimento endógeno de seus países parceiros, a política externa venezuelana sofreu com os ciclos políticos e econômicos internacionais, como a saída de seus aliados de esquerda do

comando dos países pela ascensão da direita na América Latina e a queda do preço do petróleo.

Os Estados Unidos, a principal fonte de pressão externa sobre a crise venezuelana, se beneficiava de uma histórica relação de dependência do país latino na compra do petróleo por parte das empresas estadunidenses quando Chávez entrou no poder em 1999. A seguinte ruptura política entre Washington e Caracas não abalou as relações econômicas entre as elites dos dois países, que só passou a significar sanções econômicas após a morte de Hugo Chávez, rapidamente escalando para uma ameaça militar por parte dos norte-americanos, restringida pelo poder de veto da Rússia e da China, aliados militares e econômicos da Venezuela, no Conselho de Segurança.

3. Crise econômica

A situação caótica em que se encontra a Venezuela nos dias atuais é calcada tanto no âmbito político-institucional quanto no âmbito econômico. Uma explicação para o atual colapso da economia venezuelana seria seu isolamento financeiro, a crise produtiva e a crise fiscal que afligem o país (VERA, 2018).

Sob a presidência de Hugo Chávez, o PIB per capita cresceu em média 1,0% ao ano. A inflação se manteve baixa para os padrões do país de 1999 a 2006. E ainda nesse período, a taxa de câmbio real foi mantida relativamente estável com as desvalorizações do bolívar. Nesta época, a pobreza na Venezuela caiu mais de 20%, de acordo com a Cepal, e o país passou a registrar a menor desigualdade entre ricos e pobres entre nações latino-americanas, de acordo com relatório da ONU, com 0,41 no índice de Gini (PAIVA, 2017).

No final da década, a alta do preço do petróleo impulsionou a economia do país, o que acabou por aumentar as pressões inflacionárias. Para controlar a inflação, o Banco Central da Venezuela (BCV) recorreu ao câmbio. Houve uma sobrevalorização cambial, que intensificou a dependência da economia venezuelana no petróleo (PAIVA, 2017).

Esta seção objetiva analisar os diversos fatores que contribuíram para o advento da crise econômica que atingiu a Venezuela, a partir de 2014. A crise do petróleo afetou fortemente a fonte de renda do país que dependia, quase que em sua totalidade, da

exploração deste recurso natural com comportamento volátil. A alta dependência de importações devido ao baixo dinamismo do setor industrial não petrolífero fez com que o país sofresse com os embargos econômicos dos Estados Unidos. Além disso, a má gestão fiscal trouxe uma tendência a acumular déficits e a sobrevalorização do Bolívar provocou distorções de valores que contribuíram para um cenário de hiperinflação e crise de abastecimento. (VERA, 2018)

3.1. Crise do petróleo

A Venezuela detém de uma das maiores reservas de petróleo, gás natural e minérios da América Latina e Caribe, e o país é produtor de petróleo em grau comerciável desde 1914. As reservas provadas de petróleo na Venezuela atingem aproximadamente 300 bilhões de barris o que faz do país a maior reserva de hidrocarbonetos do mundo (DELGADO et al., 2017). Por ter uma das maiores reservas de petróleo no mundo, a economia venezuelana baseou-se quase que prioritariamente na exploração deste recurso e este passou a ser praticamente a única fonte de receita externa do país.

Durante anos a aposta no petróleo foi bem-sucedida e permitiu o financiamento de programas sociais e ao invés de diversificar a economia do país, intensificou a dependência de importações de outros produtos, o que a época não se mostrava um problema. Estima-se que o país tenha recebido 750 bilhões de dólares provenientes da venda de petróleo entre os anos de 2004 e 2015. (BBC, 2018)

Em 2014, houve uma grande desvalorização do petróleo no mercado internacional e seu preço despencou. Em julho de 2014, o barril do petróleo valia U\$ 106,98 e em janeiro de 2015 havia caído para U\$48,07 (GEM Commodities, World Bank Group).¹ Além de receber menos pelo seu principal produto, a produção deste na Venezuela teve uma queda significativa devido à má gestão da PDVSA e o alto grau de corrupção na mesma que fizeram com que os investimentos na infraestrutura fossem escassos. Isso diminuiu drasticamente a receita do país.

¹ Fonte: Bloomberg; Energy Intelligence Group (EIG); Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC).

3.2. Desvalorização cambial e hiperinflação

Em 2014, houve um aumento da inflação, o que levou o Banco Central da Venezuela a introduzir um sistema de taxas de câmbio múltiplas, com o dólar cotado entre 6,30 e 50 bolívares, visando evitar uma nova desvalorização cambial (PAIVA, 2017).

Apesar da queda do preço do petróleo em 2014 que trouxe um descolamento da taxa de câmbio, o BCV manteve o dólar cotado a 6,30 bolívares. A supervalorização cambial acrescida de uma inflação em constante elevação foi responsável por uma redução da capacidade importadora do país. O que se mostrou uma situação ainda mais agravante tendo em vista a dependência do país em importações devido à queda da produção nacional (PAIVA, 2017).

Com a hiperinflação houve uma pulverização da renda e um aumento da pobreza. Em 2017, o índice de pessoas na linha da pobreza na Venezuela chegou a 87%, segundo levantamento da Universidade Católica Andrés Bello.

Essa situação de hiperinflação criou um mercado paralelo de natureza ilegal de compra e venda de dólares. Segundo Vera (2018), a cotação do dólar nesse mercado paralelo se tornou o preço mais importante da economia venezuelana. E o ritmo explosivo do preço de mercado do dólar paralelo acabou por minar a confiança e pulverizar o valor da moeda nacional. O controle artificial dos preços e da taxa de câmbio foi um grande fator propulsor da crise venezuelana. De acordo com Paiva (2017):

A principal causa da crise econômica da Venezuela é interna e decorre da manipulação irresponsável da taxa de câmbio como mecanismo de controle de preços sem o respaldo das políticas monetária e fiscal, agravando a crônica dependência do petróleo do país. Os controles de preços são uma tentativa desesperada e inócua de adiar ajustes inevitáveis, que provavelmente levarão a uma hiperinflação.

3.3. Sanções econômicas

Como será visto na sessão anterior, com a posse de Hugo Chávez em 1999, a política externa venezuelana passou a ser uma política revolucionária, que buscava promover os interesses da causa revolucionária bolivariana. Tal política afastava

ideologicamente o país dos Estados Unidos. Criou-se, então, uma forte oposição aos EUA e relação de dependência econômica e política com o país viu-se fortemente abalada. Em 2015, os EUA intensificaram as pressões contra a Venezuela com a aplicação da Ordem Executiva 13808. Uma nova onda de imposições foi conduzida em 2017 e mais recentemente em 2019. Com os embargos, as instituições financeiras estadunidenses passaram a recusar pagamentos em dólar realizados pela Venezuela.

As sanções de agosto de 2017 proibiram o governo venezuelano de contrair empréstimos nos mercados financeiros dos EUA, o que impediu reestruturação da dívida externa do país. Essas sanções foram prejudiciais para a economia venezuelana que se encontrava em uma profunda recessão que já havia afetado amplamente a população. (WEISBROT; SACHS, 2019)

Já em 2019, com as sanções e o reconhecimento de Guaidó como “presidente interino”, que fez com que fundos transferidos ou bens comprados pelo governo venezuelano ficassem nas mãos desse governo paralelo, a Venezuela teve seu acesso a bancos correspondentes para transações internacionais praticamente eliminado. Impactando diretamente as importações de remédios, alimentos e outros bens essenciais já que o acesso a créditos necessários para tal estava bloqueado. (WEISBROT; SACHS, 2019). Tal análise mostra que o bloqueio econômico realizado pelos Estados Unidos é um fator fundamental na crise humanitária que atinge a população venezuelana.

4. Narrativa política na crise venezuelana

Seria uma gafe analisar a atual crise econômica venezuelana sem apontar suas causas oriundas da política interna desse país, as quais remontam às decisões tomadas desde o início do século. De acordo com Obregón e Bastos (2018), existem três causas principais para a atual crise socioeconômica venezuelana: a) a morte de Hugo Chávez em 2013; b) a queda do preço do barril de petróleo em 2014 e; c) a estratégia chavista em relação à vitória da oposição nas eleições parlamentares de 2015. Dessa forma, percebe-se o caráter político das causas a) e c), as quais serão explanadas nessa subseção.

4.1. A morte de Hugo Chávez

Poucas figuras da América Latina são tão emblemáticas quanto Hugo Chávez, cuja popularidade consolidou-se em meio à crise econômica venezuelana dos anos 90. Em síntese, o período é explicado pelo seguinte trecho:

No governo de Caldera, o país latino-americano enfrentou forte crise econômica, causada pelo colapso do sistema bancário, pela baixa na exportação do petróleo e em outros indicadores socioeconômicos e que tomou proporções ainda maiores após a opção do governo em aceitar a implementação das reformas de cunho neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI) para superação da crise. (OBREGÓN; BASTOS, 2018, p. 4)

Todas essas circunstâncias amparou a ascensão de Hugo Rafael Chávez Frías, que, após uma tentativa fracassada de golpe e uma consequente prisão, mudou sua estratégia de conquista política: abandonou a ideia de golpe e concentrou-se nas eleições de 1998 (SOUZA, 2015). Posteriormente, o caráter progressista do governo chavista teria como consequência um nascimento de uma oposição organizada, a qual tornou-se extremamente incomodada, em especial, com três leis: a Lei de Pesca, Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário e Lei dos Hidrocarbonetos. De fato, esse conjunto de leis afetava drasticamente o mercado privado, dominado por grupos influentes e conectados ao capital estrangeiro. Em suma, a Lei da Pesca beneficiava os pequenos pescadores, criando obstáculos à pesca industrial; a Lei de Terras cerceava a produção e propriedade rural, abrindo espaço para a reforma agrária; e a Lei dos Hidrocarbonetos, em conclusão, aumentava a regulação e fiscalização da indústria petroleira.

Dessa forma, o movimento de oposição ao chavismo intensificou-se, criando-se assim a “Coordinación Democrática” (CD), uma entidade constituída pelas mais diversos matizes da sociedade civil, financiada pelos Estados Unidos. Após o início da implementação das políticas chavistas, várias foram as tentativas de desestabilizar o governo: um golpe fracassado, em 2002; a paralização da produção de petróleo, no começo de 2003; e um referendo popular que objetivava à revogação do mandato presidencial. Diante do fracasso das tentativas de derrubar o governo, houve um fortalecimento do chavismo e de Hugo Chávez. Ao fim da paralização da produção de petróleo, Chávez possuía influência suficiente para nacionalizar o petróleo, com o apoio das Forças Armadas e do povo, isolando a elite opositora da principal fonte de

riqueza venezuelana. Esse acontecimento demarca o “nacionalismo petroleiro” (RIBEIRO, 2015).

Além disso, é notável que, mesmo após o conturbado embate com a oposição, Chávez obteve a vitória popular, conquistando 58,9% dos votos no referendo popular de 15 de agosto de 2004 (PEREIRA, 2015). Todos esses fatores enfraqueceram a oposição e permitiram que o chavismo se consolidasse como governo legítimo, permitindo a formação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

Como uma prova ainda maior de sua popularidade, Chávez é reeleito presidente em 2006 com 62,9% dos votos (SOUZA, 2015), o que permite a continuidade do projeto do “Socialismo no Século XXI”. No ano seguinte, Chávez toma uma medida que repercute negativamente nas mídias internacionais, negando à Rede Caracas de Televisão a concessão de licença, acusando-a abertamente de golpismo. Pouco tempo depois, fracassa ao tentar aprovar reformas constitucionais que aumentariam ainda mais o seu poder, o que representa a primeira derrota nas urnas do chavismo (SOUZA, 2015). Curiosamente, nas vésperas de 2009, Chávez consegue aprovar uma reforma que permite reeleição ilimitada, o que permite sua presidência até a morte.

Nas eleições parlamentares de 2011, observa-se menor adesão do povo ao chavismo, ao ponto de a oposição aumentar sua presença na Assembleia Nacional – instituição que estaria no centro de uma crise posterior. Mesmo assim, na eleição presidencial de 2012, Chávez é eleito mais uma vez ganhando por 55,8% dos votos do empresário Henrique Capriles (SOUZA, 2015). Mesmo assim, o presidente não assumiu formalmente o posto por questões de saúde.

Desde o ano de 2011, sabia-se da condição frágil de Hugo Chávez. No dia 10 de junho desse mesmo ano, o então chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, declarou que Chávez havia sido operado emergencialmente em Havana, depois de ter sido detectado um abscesso pélvico. Posteriormente, já no dia 30 de junho, Chávez anunciou publicamente, a partir de Havana, que sofria com um câncer e confirmou ter sido operado para a retirada de um tumor. Em decorrências do câncer, Chávez morre em 05 de março de 2013.

Dessa forma, a liderança carismática de Hugo Chávez e seus resultados rendeu grande popularidade ao líder, assim como uma resistência às críticas internacionais. Mesmo diante do êxito do governo, um problema típico de regimes personalísticos aflorou na Venezuela: a sucessão do líder carismático. Percebe-se, assim, que a combinação de um péssimo cenário internacional com o vácuo de poder deixado pela morte de Chávez foi um fator amplificador da crise econômica. Após isso, a ascensão de Maduro traria consequências drásticas à crise.

Maduro não apresentava as mesmas qualidades retóricas e carismáticas de Chávez, o que fez com que o novo presidente tivesse necessidade de se apoiar demasiadamente nas forças armadas. Era evidente para a população que Maduro não era Chávez, e a diferença entre os dois, somada à crise econômica, foi suficiente para fortalecer a oposição e garanti-la as eleições legislativas de 2015.

4.2. Reação chavista às eleições parlamentares de 2015

O governo de Nicolás Maduro já se iniciou com polêmicas. Após a morte de Chávez, dúvidas foram levantadas sobre a constitucionalidade de sua presidência interina, já que argumentava-se que, segundo a Carta Política venezuelana, o presidente da Assembleia Nacional deveria assumir o cargo. Apesar das críticas da oposição, Maduro assumiu a presidência até a eleição. Em meio à comoção causada pela morte de Chávez, até mesmo a oposição via como previsível a vitória de Maduro nas eleições, o que ocorre de fato no dia 14 de abril de 2013, ao que Maduro derrota Henrique Capriles por 50,75% dos votos contra 48,97%. De acordo com Leal (2016) e citado por Obregón e Bastos (2018):

O resultado da eleição mostra que o chavismo não é uma unanimidade na Venezuela. [...]. A Venezuela está claramente dividida ao meio e o resultado não dá aos chavistas a legitimidade para aprofundar a consolidação do “socialismo” no país”. [...]. Ou Maduro terá que buscar diálogo com a oposição, ou corre o risco de mergulhar o país na ingovernabilidade.

Como esperado, a vitória de Maduro trouxe repercussões internacionais das mais diferentes sortes, além de ter levantado ressalvas da oposição, a qual não aceitou o resultado da eleição. Assim, Capriles convocou manifestações para os dias 15, 16 e 17 de abril de 2017, nas quais 8 pessoas morreram em confrontos com a Guarda Nacional.

Esses acontecimentos foram um prelúdio para o agravamento da crise que começaria posteriormente.

Após o início de mandato tumultuado, ficou claro a conduta que Maduro escolheria para seu governo: a situação distanciou-se do discurso conciliatório, fato justificador da opinião liberal do uso do autoritarismo por Maduro para permanência do poder, o que distanciava-se da antiga atitude carismática de Chávez. A situação na Assembleia Nacional se agravou ao ponto de parlamentares antichavistas serem proibidos de discursar, além da erupção de um conflito violento no interior do parlamento.

Como esperado, o governo de Maduro manteve a linha de raciocínio anterior, conservando os ideais de socialismo no Século XXI, expansão da produção de petróleo, fim da miséria e a criação de novos polos produtivos nacionalizados. Assim, o capital político de Maduro fundou-se, principalmente, no imaginário e na memória chavista. No entanto, a crise econômica já batia às portas da Venezuela desde o governo de Chávez, situação que se agravou no mandato de Maduro. A escassez de produtos básicos, a crise energética, a inflação alta, a desvalorização do câmbio e a queda no PIB foram alguns dos fatores que minaram os planos do recém-formado governo de Maduro.

Além disso, as medidas intervencionistas tomadas por Maduro aparentam ter prejudicado ainda mais a economia do país. Ao reduzir o preço de mercadorias forçadamente, Maduro causou o fechamento de várias lojas; ao ser aprovada a “Lei Habitante”, determinou-se que o lucro do empresariado venezuelano seria limitado à 30%, além de ser estabelecido um teto máximo para os aluguéis e a fixação dos preços dos automóveis, cuja produção passou a ser submetida ao controle estatal.

Dessa forma, era esperado que a oposição, representada pela MUD, vencesse as eleições parlamentares de 2015: resultado que não foi aceito por Maduro. Com esse desenrolar, o governo perdia o poder no Legislativo e, mesmo que ainda o mantivesse no Judiciário e no Executivo, a crise política era inevitável. O Judiciário, controlado pelo chavismo, declarou várias candidaturas oposicionistas ilegais, o que resultou no não cumprimento da decisão judicial pela Assembleia Nacional. Após o ocorrido, a Corte declararia “estado de desobediência” do Parlamento, fato que agravou ainda

mais a crise constitucional no país. Desde esse período, a Venezuela não conta com estabilidade governamental ou econômica, resultando no caos atual do país.

5. Disputa de narrativas

A seguinte subseção se incube da tarefa de expor brevemente a problemática da crise política adotando uma leitura crítica-interpretativa dos discursos de poder veiculados por diversos canais de mídias e das próprias organizações de poder, confrontando-os, paralelamente à temática de segurança na América Latina. Se, por um lado, certas reportagens minimizam os reais efeitos da crise na realidade venezuelana, outras, de outro modo, extrapolam os problemas enfrentados – em certos momentos até mesmo fabricando situações fictícias –, principalmente ao se falar das questões econômicas, sociais ou políticas. A Venezuela pode não estar vivendo uma catástrofe humanitária como veicula a grande mídia internacional, mas, ao mesmo tempo, não é verdade que a escalada da violência no país é inteiramente consequência da presença de “terroristas armados”, como afirma os apoiadores do governo. Finalmente, a indagação que então têm origem se preocupa em investigar não apenas o contraste entre narrativas, mas também seus respectivos desdobramentos e interesses que os permeiam.

Atualmente, há duas grandes narrativas contrastantes em circulação acerca da crise da Venezuela. A primeira, sustentada pela grande mídia ocidental, retrata o governo de Maduro como um regime ditatorial engajado na repressão impiedosa de uma oposição heroica que busca pacificamente um retorno ao regime democrático. A segunda, apresentada muitas vezes pelo governo e por certos setores dentro da comunidade de externa, retrata um governo democraticamente eleito cercado por uma oposição violenta e desequilibrada formada apenas por uma minoria de elites ricas que, alinhada ideologicamente à política americana, goza de total apoio da potência (HETLAND, 2017). Ambas as narrativas contêm elementos de verdade e de falsidade, mas tampouco fazem justiça à crise da Venezuela.

A ideia de que a Venezuela é autoritária foi repetida incessantemente por quase todo o período de governo chavista, ou seja, desde 1998. Até recentemente, essa afirmação não tinha qualquer embasamento concreto, uma vez que o partido governante da Venezuela foi repetidamente afirmado nas urnas, vencendo grande

parte das principais eleições entre 1998 e 2015, e admitindo, também, os três momentos de derrota - dezembro de 2007, setembro de 2010 e dezembro de 2015. As acusações regularmente repetidas de fraude eleitoral são infundadas, inclusive que, de fato, foi o próprio Jimmy Carter quem qualificou o sistema eleitoral venezuelano dentre os melhores do mundo (HETLAND, 2017).

O segundo mandato do atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro - eleito democraticamente apesar da baixa margem de votos que o separaram do outro candidato nas últimas eleições - por outro lado, vêm se apresentando coberto de controvérsias, devido, principalmente, a uma série de ações tomadas pelo governo desde o início de 2016, que pareciam mostrar um enrijecimento do regime: em primeiro lugar, tem-se a atuação da Suprema Corte, que, estando de tal forma subordinada ao poder executivo, impediu a Assembleia Nacional, de maioria opositora, de aprovar qualquer legislação relevante. Por mais que em alguns casos o legislativo havia tentado agir para além de sua autoridade - por exemplo, na tentativa de conceder anistia a prisioneiros como Leopoldo López -, o bloqueio sistemático da Suprema Corte na Assembleia Nacional vem tornando a atividade legislativa efetivamente nula (HETLAND, 2017).

A Suprema Corte emitiu uma decisão dissolvendo a Assembleia Nacional em março, mas que acabou sendo revertida, depois que Maduro, sob pressões da advogada geral, Luisa Ortega, pediu à Suprema Corte que revisse tal escolha. A advogada condenou publicamente a decisão da Suprema Corte, caracterizando-a como “uma ruptura na ordem constitucional”. (HETLAND, 2017). Outros dois pontos dignos de passagem são o cancelamento, por parte do governo, de um processo de referendo revogatório constitucionalmente sancionado, além da manobra de adiar indefinidamente as eleições municipais e regionais que deveriam ter ocorrido em 2016, de acordo com a constituição.

Ainda assim, de outro modo, é arriscado concordar com as caracterizações da Venezuela enquanto um regime ditatorial. O acesso significativo da oposição à mídia tradicional² e também de redes sociais aliada à capacidade substancial de se engajar

² No continente sul-americano, os aparelhos midiáticos privados mais poderosos são: as organizações Globo (Brasil), o Grupo Clarín (Argentina) e o Grupo Cisneros (Venezuela). Entretanto, a maior fortuna entre estes três conglomerados latino-americanos pertence ao grupo venezuelano da família Cisneros. A Organização Cisneros é acionista majoritária da Univisión, principal grupo de mídia nos Estados Unidos em língua espanhola; esta possui 18 estações nos EUA e tem nada menos que a maior audiência

em protestos contra o governo, confere à oposição considerável poder estratégico. O governo merece fortes críticas por suas ações autoritárias e seu contínuo fracasso em tomar medidas significativas para resolver a crise socioeconômica do país; no entanto, a oposição está longe de ser a vítima irrepreensível que as principais reportagens de jornais costumam fazer parecer.

Há ampla evidência de que a disposição da oposição de usar meios violentos e inconstitucionais contra o governo não se limita ao golpe de 2002. Em abril de 2013, a oposição se recusou a reconhecer a vitória de Maduro, apesar de qualquer evidência de fraude, e se envolveu em protestos violentos que levaram a pelo menos sete mortes de civis. Quarenta e três morreram em outra onda de violência liderada pela oposição entre fevereiro e abril de 2014. Os relatórios indicam que aproximadamente metade dessas mortes foram devidas a ações de ativistas da oposição, com a outra metade devido a ações das forças de segurança do Estado. (HETLAND, 2017)

5.1. Segurança

Existe, ainda, a presença de um terceiro agente externo na disputa de narrativas com forte força influenciadora: os Estados Unidos da América. Com destaque para a composição do atual governo norte-americano de Trump na área de segurança, nomes como Abrams³, Pompeo⁴, e até mesmo o próprio presidente⁵ compartilham de uma afinidade indiscreta com a herança desestabilizadora e intervencionista que marcou\marca por tanto tempo a história estadunidense. Encabeçada, principalmente, pela presença dessas três notáveis figuras, a política externa norte-americana é reformulada para atender às necessidades de sua época, um período similar àquele de Guerra Fria, isto é, um período marcado pela existência de potências apoiadoras do regime de Maduro como China e Rússia, que estancam a possibilidade de conflito aberto.

entre toda comunidade latina do país. Por fim, vale destacar que as emissoras do grupo produzem e distribuem mais de 19 mil horas de programas em espanhol e português por ano para 40 milhões de lares em 21 países em três continentes. É um gigante midiático (SIMIONI, 2007).

³ Nomeado como representante especial da Venezuela, pode ser o caso clássico de um criminoso de guerra. Um conhecido defensor da tortura, dos campos da morte e da decapitação, Abrams fez tudo o que pode para facilitar o caminho do ditador guatemalteco Efraín Ríos Montt para cometer atos de genocídio contra os povos indígenas da região Ixil; ele mentiu ao Congresso sobre o escândalo com Irã; sustentou um ditador em El Salvador; e ainda, aplaudiu o golpe militar contra o governo democraticamente eleito da Venezuela em 2002 (BORGER, 2019).

⁴ Que confirma com plena certeza nos grandes canais americanos que existem “células ativas do Hezbollah na Venezuela” (FOX BUSINESS, 2019)

⁵ O presidente Trump mencionou estar com todas as possibilidades sob a mesa ao se considerar a situação venezuelana. (DANIELS; ZUNIGA; BORGER, 2019)

De acordo com os escritos presentes no livro *Guerras Híbridas - Das revoluções coloridas aos golpes (2018)*, de Andrew Korybko, o modelo de guerra adotado atualmente pelos Estados Unidos é aquele de uma guerra indireta, a guerra híbrida que se concretiza pela combinação entre revoluções coloridas e guerras não convencionais. As revoluções coloridas – planejadas anteriormente e se valendo de ferramentas de propaganda, estudo de psicologia de massa e uso de redes sociais – consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas como democracia, liberdade, etc; elas são a fagulha que incendeia uma situação de conflito interno. A revolução colorida é um golpe brando. Se ela não for suficiente para derrubar e substituir o governo, avança-se para o estágio de guerra não convencional, combatidas por forças não regulares, sejam guerrilhas, milícias privadas ou insurgências, esse é o golpe no sentido forte.

Dessa forma, apesar da tática de pressão política não abrir mão de guerras indiretas por meios financeiros, de sanções ou dificuldade ao acesso de haveres, busca-se avidamente conquistar tanto a opinião pública internacional, construindo-se um cerco informativo na comunidade externa (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2019), como também da opinião pública interna, de modo a conferir legitimidade para os movimentos de desestabilização, que ao se pretenderem populares, buscam ampliar suas dimensões, tendo também, maior repercussão na construção de um consenso sobre o assunto em questão.

Um exemplo nítido do processo foi a tentativa de oferecer “ajuda humanitária” à Venezuela no início de 2019, por parte de uma coalizão conformada pelas tropas norte-americanas, países como Colômbia e Brasil, e finalmente, parte da oposição ao regime de Nicolás Maduro, isto é, aquela liderada por Juan Guaidó. O movimento foi veiculado com forte tom espetacular pela mídia internacional e se configurou enquanto um não-acontecimento, ou seja, tentava-se transpassar a narrativa de uma ajuda solidária e de apoio às liberdades do povo venezuelano quando na verdade queria-se camuflar os claros interesses de desestabilização por parte da oposição na tentativa de um golpe brando com respaldo estado-unidense.

5.2. Mídia e poder – a guerra informacional

A instauração de um ambiente instável e caótico, ou de um aprofundamento da crise pela disputa midiática é operacionalizado politicamente de forma tanto mais clara pelo agente de maior poder envolvido: os Estados Unidos da América, de interesses indubitáveis sobre a imensa reserva de petróleo venezuelano. Na Venezuela, são muitas as tentativas de mudanças na subjetividade do público através de formas midiáticas de intervenção sobre o senso comum, por um lado, e pela obstrução informativa por parte das grandes corporações de comunicação, por outro. Dessa forma, o embate não se restringe apenas à conquista da opinião pública sob determinada visão, mas se insere diretamente num contexto de guerra cultural\informacional enquanto área de dominação hegemônica norte-americana (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2019).

Instiga-se a polarização política, que acaba por desaguar, muitas vezes, em episódios de intolerância, violência e confusão. Os eventos passam, então, a ser “encenados” para ganharem repercussão. Esses acontecimentos não passariam, em realidade, de fatos vazios destinados à difusão imediata pelas mídias almejando notoriedade ou impacto. Muitas vezes, não visam necessariamente ao convencimento político partidário e\ou ideológico, mas através da sedução e percepção produzir um estado onde não pareça existir verdade, mas apenas um amalgamado de perspectivas diferentes. Em todos eles, inverte-se as relações de causa-efeito: não se trata mais de acontecimentos que geram informação, mas o inverso, isto é, as informações produzem, elas mesmas, os acontecimentos (RUBIM, 2003).

A principal consequência é a criação de uma “cortina de fumaça” construída em meio a esta profusão caótica de informações; ela se alastra no presente de forma a obscurecer a realidade, produzindo a extrema relativização política, baseada em formulações dicotomizadas do problema. Aqui, a forma de se desvencilhar disso é a de retirar-se em direção a uma alteridade, aquela que se afasta do presente sem perder sua conexão com este: o passado. A análise histórica, permite, portanto, concluir que por mais complicada a busca de uma solução para o impasse venezuelano, pode aceitar minimamente ou coadunar com a presença norte-americana, pois isso significaria ignorar todo um histórico extremamente turbulento e imperialista de intervenção na América Latina; pelo contrário, deve-se buscar agentes alternativos para auxiliar no impasse.

Como foi muito comum em outros momentos de um passado mais recente, o conflito que assim se desdobra a nível regional na América Latina poderia ter sido amenizado ou mesmo evitado pela atuação da diplomacia brasileira. Países como Brasil costumavam se colocar como agente essencial na intermediação de dissidências no continente, evitando com que conflitos escalassem a um patamar muito extremo. Hoje, no entanto, com tantos retrocessos na democracia do país e a política de alinhamento incondicional aos Estados Unidos, essa situação não seria mais possível. Em contrapartida, foi criado um documento, assinado por um grupo de pensadores, ativistas e instituições - sob liderança do sociólogo Edgardo Lander -, que apresenta uma série de pontos importantes que devem ser levados em consideração ao se buscar uma solução democrática e internacional para Venezuela, dentre eles:

a) Rejeição do “auto-empossamento” de Juan Guaidó, que “desencadeou uma nova escalada da crise” e “abre caminho para um conflito interno armado, uma guerra civil com participação internacional”; b) Rechaço da “repressão governamental diante do crescimento dos protestos em todo o país, por comida, transporte, saúde, participação política, serviços públicos e salários dignos”; c) Apelo aos “atores políticos e organizações sociais, para que “unam forças com finalidade de deter a escalada do conflito político; d) Apoio à oferta de Uruguai e México, que se dispõem a exercer papel de mediadores de um diálogo ou “à realização de um referendo vinculantes, para que a população venezuelana decida sobre a convocatória de eleições gerais (MARTINS, 2019).

6. Considerações finais

O presente artigo procurou discutir os motivos que levaram à intensa desestabilização que atualmente se verifica no governo venezuelano de Nicolás Maduro. Expondo, primeiramente, as causas econômicas para a crise, buscou demonstrar como a dependência da renda do petróleo está fortemente relacionado à vulnerabilidade do país frente aos embargos econômicos que vêm sofrendo por parte dos Estados Unidos. Além disto, sua capacidade importadora também é colocada em xeque, uma vez que o processo de sobrevalorização do Bolívar, acompanhado da hiperinflação, produz uma distorção nos preços e uma tendência à acumular déficits fiscais, cada vez maiores. As consequências das rígidas sanções que impedem a reestruturação da dívida externa do país poderiam ter sido, ao menos, minimizadas, se o clima de cooperação regional que integrava a América Latina quando do período da

Onda Vermelha tivessem sido mantidas. Novamente, o projeto político e econômico de integração latino-americana que visava um crescimento endógeno, uma forma anti-hegemônica de integração e a ruptura com a dependência estadunidense e o subdesenvolvimento, foi interrompida tanto por fatores de reconfiguração da geopolítica global, assim como de elementos baseados na política interna da região.

O segundo momento, por sua vez, pretendeu destacar justamente os condicionantes políticos que encaminharam a Venezuela para a situação mais recentemente observada. Com a morte do ex-presidente Hugo Chávez, líder político de grande carisma, o governo de Nicolás Maduro que o sucede não consegue manter os mesmos níveis de popularidade, passando também a sofrer com um cenário externo e interno extremamente desfavorável; dessa forma, se valendo de cada vez mais medidas de cunho arbitrário e impositivo, o governo Maduro será perpassado por um aprofundamento das tensões entre governistas e oposição, tendo esta segunda também optado pelo recrudescimento de sua atuação política. O referente quadro de instabilidade acaba por ser operacionalizado – mas também, de certa forma gestado – pela política de segurança norte-americana, que com a nova estratégia de guerra indireta, intervém de forma a buscar atender seus interesses sobre a região.

Finalmente, pode-se concluir que as determinações econômicas se articulam com as tensões políticas de forma a aprofundar a situação crítica em que atualmente se encontra a Venezuela. Os fatores internos, a exemplo do desequilíbrio fiscal e extrema polarização política, se retroalimentam e tornam o horizonte de solução de impasses cada vez mais turbido. A nível externo, encerra-se um ciclo de cooperação regional para adentrar em outro, marcado pela guerra informacional e financeira, com fins de restituir à América Latina sua condição histórica de periferia.

Referências

- ANGELO, Tiago. **Sanções dos EUA contra a Venezuela causaram perda de 3 milhões de empregos em 5 anos.** *Brasil de Fato*, 18 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/18/sancoes-dos-eua-contra-a-venezuela-causaram-perda-de-3-milhoes-de-empregos-em-5-anos/>>. Acesso em 20 ago. 2019.
- BASTOS, J.; OBREGÓN, M. **Venezuela em Crise: o que mudou com Maduro?**, 2018
- BORGER, Julian. **US diplomat convicted over Iran-Contra appointed special envoy for Venezuela.** *The Guardian*, EUA, Washington, 26 jan, 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2019/jan/26/elliott-abrams-venezuela-us-special-envoy>>. Acesso em 3 jun. 2019
- BORGER, Julian; DANIELS, Joe Parkin; ZUÑIGA, Mariana. **Trump says 'all options on table' as Venezuela crisis deepens.** *The Guardian*, EUA, Washington, 24 jan, 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/jan/23/enezuela-trump-president-juan-guaido-maduro-recognition-news-latest>>. Acesso em 3 jun. 2019
- CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. **Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>> Acesso em 15 ago. 2019.
- De Moraes Cicero, P. H. (2017). **POLÍTICA EXTERNA BOLIVARIANA: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA VENEZUELA AO LONGO DOS DOIS PRIMEIROS MANDATOS DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS (1999-2007).** *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*. <https://doi.org/10.22456/2238-6912.63765>
- Delgado, F., Stier, K., Febraro, J., Marques, J. V. (2017). **Caderno de Opinião FGV - Precisamos Falar sobre a Venezuela: Impactos Petropoliticos e Reflexos para o Brasil.** Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19483/Coluna%20Opinio_Dezembro-Venezuela_FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 16 out. 2019.
- FOX BUSINESS. **Hezbollah active in Venezuela: Trish Regan.** 2019. (10m13s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d1bPogl4R9c>>. Acesso em 3 jun. 2019.
- Guimarães, S. P., Cardim, C. H., & de Pesquisa de Relações Internacionais (Fundação Alexandre de Gusmão), I. (2003). **Venezuela: visões brasileiras.** Retrieved from <https://books.google.com.br/books?id=utNrAAAAMAAJ>
- HETLAND, Gabriel. **Why Is Venezuela Spiraling Out of Control?** *NACLA Report on the Americas* [online], Washington, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://nacla.org/news/2018/05/18/why-venezuela-spiraling-out-control> Acesso em 3 jun. 2019

- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Dossiê N°17: Venezuela e as Guerras Híbridas na América Latina**, jun 2019, 55 p. Disponível em: https://www.thetricontinental.org/wpcontent/uploads/2019/06/190604_Dossier-17_PT_Web-Final.pdf. Acesso em 3 jun. 2019
- KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARTINS, Antonio. **Venezuela: Edgardo Lander busca uma saída**. Outras Palavras [online], São Paulo, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/blog/venezuela-edgardo-lander-busca-uma-saida/> Acesso em 3 jun. 2019
- MIRANDA, J. A. A. (2013). **A POLITICA EXTERNA DA VENEZUELA PÓS-CHAVEZ**. *Conjuntura Austral*. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.37864>
- ORWELL, George. 1984. 29ª ed. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 2005.
- PAIVA, Rafael Bianchini Abreu. **A tragédia econômica venezuelana**. *Carta Capital*, 30 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/a-tragedia-economica-venezuelana>. Acesso em 20 ago. 2019.
- PENNAFORTE, Charles e LUIGI, Ricardo. **Movimentos Anti-Sistêmicos na América Latina: Venezuela e sua “função piemontesa”**. *Revista Intellector*, 2005. Disponível em: <http://www.revistaintellector.cenegri.org/pennaforte-luigi.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2019.
- DE MORAES CICERO, P. H. **POLÍTICA EXTERNA BOLIVARIANA: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA VENEZUELA AO LONGO DOS DOIS PRIMEIROS MANDATOS DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS (1999-2007)**. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 2017.
- ROMERO, C. **Venezuela y Estados Unidos: ¿una relación esquizofrénica?** *Nueva sociedad*, 2006.
- _____. **A política externa da Venezuela bolivariana**. *Plataforma Democrática*, 4, Rio de Janeiro, 2010, p. 1-36.
- RUBIM, A. A. C.. **Espetáculo, Política e Mídia**. In: Vera França; Maria Helena Weber; Raquel Paiva; Liv Sovik. (Org.). **Estudos de Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2003, v. 1, p. 85-103.
- SCHARFENBERG, Ewald; LAFUENTE, Javier. **Cuba e Venezuela, uma relação de socialismo e petróleo**. *El País*. Caracas / Bogotá, p. 1-1. 27 nov. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/26/internacional/1480149584_124558.html. Acesso em: 17 ago. 2019.
- SIMIONI, Mônica. **Comunicação e disputa hegemônica na Venezuela no pós-golpe de abril de 2002**. 2007. 184 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

VERA, Leonardo. **¿Cómo explicar la catástrofe económica venezolana?** *Revista Nueva Sociedad*, n.274, marzo-abril de 2018, pp. 83-96. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/5.TC_Vera_274.pdf> Acesso em 15 ago. 2019.

VIZENTINI, Paulo G. F., **A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001)**, In: GUIMARÃES, Samuel P. & CARDIM, Carlos H.(orgs.), *Venezuela: Visões Brasileiras*, Brasília: FUNAG, 2001.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey (2019). **Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela.** *Center for Economic and Policy Research*, maio 2019. Disponível em: <<http://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-05-portuguese.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

Morre aos 58 anos Hugo Chávez, presidente da Venezuela. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/morre-aos-58-anos-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez.html>>. Acesso em: 16/08/2019

O que diz a Constituição sobre a sucessão de Chávez. G1 – O Portal de Notícias da Globo. Caracas, 06 Mar 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/o-que-diz-a-constituicao-sobre-a-sucessao-de-chavez.html>>